

MEMÓRIA DA REUNIÃO - Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA)

Local:
REUNIÃO VIRTUAL

Data:
25/04/2025

Horário:
10h às 12h

Pauta:

- 1) Debate sobre Educação Ambiental no Município de Santos “Implementação de Políticas Ambientais”, conduzido por Mateus Tavares Batista (Coordenador de Políticas Ambientais na Prefeitura Municipal de Santos);
- 2) Apresentação dos Resultados do Projeto Microlixo: “Estou Aqui”, ministrada por Hailton Santos (Instituto Mar Azul – IMA);
- 3) Votação sobre a inclusão do Aniversário das Instituições integrantes das Comissões CISEA/CIMEA, no Calendário Ecológico;
- 4) Informes gerais.

Desdobramentos e Encaminhamentos da reunião:

A reunião foi realizada virtualmente, iniciando com a confirmação da lista de presença e apresentação dos membros da CISEA e CIMEA.

Mateus Tavares iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos na reunião, destacando que se tratava de mais um encontro do grupo. Informou que a pauta havia sido publicada no Diário Oficial e encaminhada pelo grupo responsável. No entanto, atendendo a um pedido do senhor Gabriel Miceli, assessor técnico do gabinete da Secretaria de Meio Ambiente, anunciou que seria feita uma pequena inversão na ordem da pauta, concedendo-lhe a palavra logo em seguida.

Gabriel Miceli pediu desculpas por estar habilitando o microfone e cumprimentou a todos, dizendo estar muito feliz em participar da reunião. Explicou que, naquele momento, estava assumindo provisoriamente o lugar do secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, Glaucus Renzo Farinello, que se encontrava de férias e que, portanto, ele atuaria como secretário naquele dia. Apresentou-se para os que ainda não o conheciam e agradeceu a Mateus Tavares pelo tempo cedido. Pediu desculpas por alterar a ordem da pauta, justificando que gostaria de apresentar algo muito importante.

Contextualizou que o município de Santos havia acabado de assinar a Parceria Público-Privada, chamada de PPP do Lixo, um nome mais fácil de assimilar. Explicou que essa PPP visava o tratamento de todos os resíduos da cidade e que a empresa vencedora assumiria diversas responsabilidades e contrapartidas. Entre elas, estaria o repasse de uma pequena parte dos recursos, menos de 1%, à Secretaria de Meio Ambiente. Apesar de ser um percentual reduzido, tratava-se de um montante vultoso, o que representava um valor importante para a Secretaria, especialmente destinado a projetos de educação ambiental.

Gabriel acrescentou que, uma vez recebido esse recurso, caberia à Secretaria a responsabilidade de selecionar projetos que trabalhassem com a temática da educação ambiental no município de Santos. Informou que estava trabalhando em conjunto com Mateus Tavares e João Cirilo, ambos da Secretaria, para delinear e estruturar o edital que seria lançado. Explicou que a proposta seria submetida publicamente, de forma que associações, entidades e ONGs pudessem apresentar seus projetos e captar recursos destinados à execução de ações de educação ambiental.

Aproveitou a reunião para apresentar uma prévia dos eixos temáticos que estavam sendo discutidos até o momento. Informou que já havia combinado com Mateus Tavares que, ao final da reunião, aqueles que tivessem interesse poderiam contribuir com

sugestões para o aprimoramento desses eixos, a fim de aproveitar da melhor forma possível os recursos disponíveis e alcançar o maior número de projetos dentro do edital.

Em seguida, Gabriel explicou que seriam apresentados dez eixos temáticos, que ele passaria rapidamente. O primeiro era “Educação Ambiental e Resíduos Sólidos”, com uma prévia descritiva dos projetos elegíveis, como oficinas de compostagem doméstica, criação de pontos de entrega voluntária, educação para coleta seletiva, apoio a cooperativas e catadores com foco educacional, além de ações de economia circular em escolas e comunidades.

Gabriel ressaltou que o material apresentado era uma prévia proposta pela equipe, destacando que os projetos elegíveis dentro do Quadrante "Educação Ambiental e Resíduos Sólidos" ainda poderiam ser aperfeiçoados. Em seguida, passou à apresentação dos demais eixos temáticos.

O segundo eixo tratava da conservação marinha, costeira e dos recursos hídricos, contemplando projetos como instalação e manutenção de eco barreiras com atividades educativas, limpeza de praias com mobilização comunitária, oficinas sobre biodiversidade costeira, manguezais e o ciclo da água, além de ações de sensibilização sobre o impacto dos resíduos no oceano.

O terceiro eixo abordava a proteção da fauna, flora, matas nativas e restinga, incluindo projetos elegíveis como trilhas interpretativas, viveiros didáticos, reflorestamento com espécies nativas (inclusive da restinga), apoio a centros de reabilitação de fauna silvestre com foco educativo e campanhas de conscientização contra o tráfico de animais silvestres.

O quarto eixo era voltado à tecnologia para sustentabilidade e educação, incentivando o uso de ferramentas tecnológicas para promover a educação ambiental. Entre os projetos previstos estavam a criação de aplicativos, jogos e plataformas educativas, projeções interativas sobre meio ambiente, estações de monitoramento ambiental em escolas, além de experiências com realidade aumentada e virtual voltadas à temática da sustentabilidade.

O quinto eixo tratava de arte, cultura e comunicação socioambiental, prevendo iniciativas como grafites e murais com mensagens ambientais, exposições fotográficas sobre arte e ecossistemas locais, além da produção de conteúdo como filmes, podcasts, vídeos, quadrinhos e outras linguagens artísticas voltadas à sensibilização ambiental.

O sexto eixo era voltado à educação ambiental em comunidades vulneráveis. Nesse eixo, os projetos elegíveis incluíam oficinas de reaproveitamento de materiais, hortas urbanas comunitárias com atividades de capacitação, formação de lideranças juvenis para a defesa ambiental local e iniciativas de saneamento ecológico em comunidades.

O sétimo eixo tratava da formação de educadores ambientais e multiplicadores, contemplando cursos de formação, criação de núcleos locais, oficinas para mediação de conflitos socioambientais e desenvolvimento de materiais didáticos regionais.

No oitavo eixo, o foco era a economia azul, verde e circular, com projetos de apoio a pescadores artesanais, capacitação em bioeconomia e empreendedorismo verde, desenvolvimento de produtos a partir de resíduos sólidos e oficinas de educação financeira com foco em negócios sustentáveis.

O nono eixo abordava a pesquisa aplicada e soluções locais, incluindo pesquisas escolares e acadêmicas que resultassem em produtos com devolutiva pública aproveitáveis pelo poder público. Também foram mencionados observatórios e mapeamento de resíduos em bairros, análises do impacto de campanhas educativas e projetos-piloto que pudessem ser replicados como políticas públicas.

O décimo e último eixo se referia aos saberes tradicionais, populares e à educação intergeracional. Nesse eixo, os projetos elegíveis envolviam oficinas com lideranças caiçaras e indígenas, registro oral de histórias ligadas à natureza e à cultura alimentar, atividades com artesanato sustentável tradicional e intercâmbio entre gerações em escolas e comunidades.

Gabriel reforçou que, apesar da diversidade temática, todos os projetos deveriam ter como foco principal a educação ambiental, independentemente da abordagem, seja em atividades como limpeza de praias, instalação de eco barreiras ou outras frentes. Ele enfatizou que a interface com a educação ambiental era um critério obrigatório.

Ao final, pediu desculpas pela pressa na apresentação, mas destacou a importância de aproveitar aquele momento para compartilhar as informações. Agradeceu novamente a Mateus Tavares pela oportunidade e informou que ele ficaria responsável por enviar a prévia dos eixos a todos os interessados, para que pudessem contribuir com sugestões de aprimoramento. Gabriel concluiu dizendo que o edital definirá as regras para participação, os critérios de seleção e os tipos de entidades e pessoas aptas a propor projetos e que em breve essas informações seriam tornadas públicas. Finalizou desejando uma ótima reunião e uma boa sexta-feira a todos, desculpando-se por precisar se ausentar.

Após a apresentação de Gabriel Miceli, Mateus Tavares perguntou se poderia encaminhar o documento apresentado às Comissões.

Gabriel Miceli respondeu afirmativamente, autorizando o envio e ressaltando que se tratava de uma minuta, uma proposta introdutória e ainda inicial, deixando claro que, sob essas premissas, não havia problema.

Mateus Tavares agradeceu e, em seguida, Gabriel Miceli se despediu de todos.

Dando continuidade à reunião, Mateus Tavares informou que enviaria o documento pelo grupo de WhatsApp. Para aqueles que não estivessem no grupo, pediu que o procurassem diretamente, ou entrassem em contato com a Edna Santos de Gois, para que o material pudesse ser encaminhado individualmente. Logo após, retomou a pauta e anunciou a próxima apresentação.

Hailton Santos, do Instituto Mar Azul (IMA), iniciou sua apresentação com o título “Microlixo: Estou Aqui”, voltada à apresentação dos resultados do projeto. Iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradecendo mais uma vez pelo espaço concedido, destacando a importância desse tipo de oportunidade para a instituição. Dirigindo-se a Mateus Tavares, afirmou que gostaria de manter um diálogo próximo, pois pretendia contribuir com a minuta apresentada anteriormente, colocando a expertise do Instituto Mar Azul (IMA) à disposição para aprimorar e fortalecer o material.

Hailton contextualizou que parte daquele conteúdo havia sido originalmente apresentada no ano anterior ao secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, com a presença de Mateus Tavares e Gabriel Miceli. Para a reunião atual, ele optou por uma abordagem diferente: retirou alguns trechos para torná-la mais concisa e escolheu iniciar com um momento de reflexão.

Ele explicou que a apresentação estava inspirada na simbologia do Oscar, mais especificamente, na frase “Eu Ainda Estou Aqui”. Essa ideia foi adaptada para a proposta da reunião, introduzindo a imagem que usualmente era exibida apenas ao final da apresentação, mas que dessa vez apareceria no início, com o intuito de provocar reflexão sobre os resultados do projeto.

A imagem em questão mostrava resíduos coletados em uma ação do Instituto Mar Azul (IMA), dispostos sobre uma lona azul. Hailton destacou que aqueles resíduos foram retirados do ambiente, contabilizados e documentados em relatório. No entanto, apesar de não estarem mais naquele local, a realidade é que outros resíduos continuavam a chegar constantemente. Por isso, segundo ele, a frase “nós ainda estamos aqui” também caberia, pois o problema persiste.

Ele comparou a situação à música de Raul Seixas sobre a “Mosca na Sopa”, em que uma mosca é retirada e logo outra ocupa seu lugar. Essa rotatividade constante dos resíduos era, segundo ele, o maior desafio. Por isso, reforçou a necessidade de uma atuação mais sólida e contínua com educação ambiental, uma área em que o Instituto Mar Azul (IMA) já atua há mais de 12 anos, para que se possa realmente transformar a realidade.

Hailton concluiu esse trecho enfatizando que, se voltasse a apresentar os dados no dia seguinte, a imagem certamente seria outra, pois os resíduos continuariam a se acumular. A mensagem deixada foi clara: a ação pontual não basta; é preciso uma mudança cultural e estrutural, ancorada na educação ambiental.

Hailton dos Santos relatou que, dando continuidade ao projeto do Microlixo, apresentou ao secretário Glaucus Renzo Farinello à comitiva os resultados das ações realizadas em 2024. A primeira parte da apresentação focou justamente nesse panorama. No Mutirão 2024, foram realizadas 14 ações, mantendo crianças e adolescentes como os principais participantes.

Ele destacou que, antes da pandemia de Covid-19, até o ano de 2019, a participação de crianças e adolescentes representava quase 50%. No período pós-Covid, essa participação foi reduzida, mas o percentual de mulheres adultas permaneceu consistentemente um pouco maior que o de homens. Ainda assim, os dados de quatro ações realizadas naquele ano indicaram uma tendência de estabilidade na participação de crianças e adolescentes.

Em relação aos resíduos, foram recolhidos 102 kg durante as 14 ações do mutirão. Apesar de parecer pouco, Hailton explicou que o volume era significativo, considerando que a maior parte dos resíduos era composta por plásticos e bitucas de cigarro, materiais que pesam muito pouco.

O total de fragmentos coletados chegou a 109 mil unidades. Desses, 32 mil eram resíduos plásticos diversos e 65 mil, bitucas de cigarro, que naquele ano, ocuparam a primeira posição entre os resíduos mais encontrados, superando até o plástico. Ele fez uma observação importante: em 2024, foi realizado o terceiro mega mutirão de bitucas, com uma semana e um dia de limpeza em toda a orla da praia, resultando na coleta de 34 mil bitucas. Se esse número fosse desconsiderado das estatísticas totais, o volume de bitucas recolhidas cairia para 31 mil, aproximando-se do número de plásticos diversos, o que configuraria um empate técnico entre os dois tipos de resíduos.

Em seguida, mencionou que o papel, com 4 mil unidades coletadas, havia ultrapassado o isopor, que até 2019 figurava entre os três principais resíduos ao lado do plástico e das bitucas. Segundo ele, o papel vinha crescendo em proporção semelhante à do metal, que em muitos momentos chegava a ocupar o lugar antes ocupado pelo isopor. Outros resíduos somaram cerca de 3 mil unidades.

Na segunda parte da apresentação, que foi enfatizada nas reuniões com o secretário, Hailton abordou a preocupação com os resíduos acumulados na faixa de areia da praia. Ele mencionou que essa questão precisava ser tratada com atenção por parte do poder público, das organizações, da sociedade civil e, principalmente, por todos que atuam diretamente nesse ambiente. Os dados dos mutirões demonstravam claramente uma grande concentração de resíduos tanto na faixa de areia quanto no calçadão.

Hailton apresentou uma imagem que ilustrava os tickets de comprovante de pagamento e cartões de crédito descartados, destacando que esse tipo de resíduo contém bisfenol A, uma substância altamente tóxica. Ele alertou que há apelos sobre os riscos associados ao manuseio desse tipo de papel, devido à sua composição química.

Durante os mutirões, foi observado que esses tickets geralmente continham os dados do estabelecimento e do cliente. Segundo ele, cerca de 90% dos tickets encontrados apresentavam o nome do estabelecimento, o que indicava a necessidade de campanhas de conscientização. Hailton sugeriu que o poder público poderia atuar de forma mais incisiva, promovendo medidas para evitar a impressão desnecessária desses comprovantes. Destacou que muitos comerciantes imprimiam o ticket, mas os clientes os descartavam diretamente na areia da praia ou nas feiras livres, contribuindo para a poluição ambiental e oferecendo risco adicional de contaminação ao serem manuseados.

Ele lembrou que, na apresentação, esse tipo de papel figurava como o terceiro resíduo mais frequente, justamente pela grande quantidade encontrada. À direita da imagem apresentada, estavam embalagens de canudos plásticos, outro problema ambiental. Ele explicou que, desde março de 2019, uma lei municipal de autoria do vereador Adilson Júnior proibia o uso de canudos plásticos. Até 2020, observou-se uma redução considerável nesse tipo de resíduo. No entanto, no período pós-Covid, os canudos plásticos retornaram em grande quantidade ao ambiente, o que torna urgente a aplicação mais eficaz da lei ou a criação de mecanismos que possam controlar essa retomada.

Ele enfatizou a contradição presente em um dos resíduos mais comuns: embalagens de papel para canudos plásticos, muitas vezes encontradas em grande quantidade na faixa de areia da praia. Segundo ele, esse era um ponto que precisava ser debatido e enfrentado, sendo que os dados levantados foram apresentados, justamente para mobilizar o poder público e parceiros para ações conjuntas.

Voltando à imagem, ele chamou a atenção também para as tampinhas de garrafa de metal. Conforme explicou, havia uma lei municipal que proibia os ambulantes e quiosques de venderem cerveja em garrafa de vidro. No entanto, a presença massiva dessas tampinhas nas praias indicava que o consumo seguia acontecendo, provavelmente por parte de frequentadores que levavam suas próprias bebidas em isopores e coolers. Esses consumidores costumavam se instalar próximos aos ambulantes, que forneciam guarda-sóis, alimentos e outros serviços. Após o consumo, embora as garrafas fossem recolhidas, as tampinhas acabavam ficando no ambiente.

Hailton alertou que a quantidade de tampinhas metálicas vinha crescendo consideravelmente, representando um perigo significativo tanto para o meio ambiente quanto para as pessoas. Ressaltou que esses dados já estavam coletados e deveriam embasar ações mais concretas de fiscalização e educação ambiental.

Hailton chamou atenção para outro resíduo persistente: os lacres metálicos de latas de cerveja. Ele questionou se não seria o caso de se pensar em uma campanha voltada diretamente aos consumidores de bebidas. Segundo ele, as pessoas compravam ou levavam cerveja de casa, ou ainda adquiriam de ambulantes, consumiam o conteúdo, retiravam o lacre e o descartavam diretamente no chão. A lata, por ter valor agregado, era normalmente recolhida por alguém, mas os lacres permaneciam na areia.

Esses dados, como afirmou Hailton a Mateus Tavares e aos demais presentes, eram importantes para que, em conjunto, se pudessem desenvolver campanhas e iniciativas concretas. Ele reforçou que o Instituto Mar Azul (IMA) conseguia fornecer essas informações graças ao trabalho contínuo de quantificação e identificação dos resíduos.

Na sequência da apresentação, ao analisar a segunda tela, ele indicou que, à esquerda, aparecia outro tipo de resíduo cujo volume vinha aumentando significativamente: palitos de sorvete, palitos de fósforo e palitos de dente. Já à direita, estavam os espetinhos de madeira, normalmente usados para churrasquinhos vendidos por ambulantes. Esses espetos, pontiagudos e rígidos, representavam risco, pois frequentemente eram deixados na areia, sendo encontrados em grande quantidade.

Hailton observou que muitos dos resíduos estavam diretamente relacionados aos hábitos de consumo naquele ambiente. Pessoas que frequentavam a praia, comiam, bebiam e deixavam os resíduos no entorno dos pontos de venda dos ambulantes. Um exemplo disso era o aumento expressivo dos sachês de tempero. Ele classificou como impressionante a quantidade desse tipo de resíduo recolhido.

Destacou, ainda, um dado importante: em alguns momentos das coletas, foram encontrados sachês não utilizados. Ele citou um caso específico em que, próximos a um guarda-sol de ambulante foram localizados cinco sachês, sendo três ainda fechados.

Isso indicava que os sachês eram oferecidos de forma indiscriminada, sem preocupação com o desperdício. Como exemplificou, mesmo quando havia apenas três pessoas, o ambulante entregava um sachê para cada uma, independentemente da real necessidade de uso.

Hailton compartilhou sua percepção pessoal, ainda que, como ele mesmo afirmou, fosse uma visão limitada. Ele acreditava que, na prática, os ambulantes entregavam dez, quinze ou até mais sachês de tempero por vez e muitos desses não eram utilizados, permanecendo no ambiente. Apontou também para o sal, outro resíduo comum. Segundo ele, era difícil acreditar que os frequentadores levassem sal de casa, mais provável era que os ambulantes o ofertassem diretamente. Em várias ocasiões, foram encontradas embalagens intactas, sem qualquer sinal de uso.

Destacou que alguns desses resíduos apresentaram um crescimento muito expressivo nos últimos tempos. Alessandro Zuffo, que acompanhava esse processo há anos junto ao Instituto Mar Azul (IMA), sabia da necessidade urgente de discutir campanhas educativas e de trabalhar com os permissionários, os próprios ambulantes.

Essa reflexão, conforme lembrou, foi levada à reunião com o secretário. Ele reforçou que o grupo não apenas trazia dados e sugestões, mas também recordava aspectos legais já estabelecidos. Enfatizou que os ambulantes eram parte integrante desse processo, verdadeiros agentes transformadores. Citou, como exemplo, a Lei Complementar nº 1.189, de janeiro de 2023, que em seu artigo 6º estabelecia como obrigação do ambulante zelar pela higiene, limpeza, conservação e asseio de seus equipamentos, produtos, vestimentas e do local onde exercia sua atividade, incluindo os arredores.

Além disso, destacou que o inciso 5º da mesma lei determinava que os ambulantes deviam ensacar e descartar, em locais apropriados indicados pelo órgão competente (neste caso, a Prefeitura Municipal de Santos, por meio de sua secretaria responsável), os resíduos gerados por eles e também por seus clientes, aqueles que, por exemplo, estavam sob a sombra de seus guarda-sóis consumindo alimentos e bebidas.

Caso essas obrigações ainda não estivessem claras, Hailton lembrou o Decreto-Lei nº 10.051, de maio de 2023, que regulamentava a lei anterior. O artigo 20 desse decreto deixava explícito: os ambulantes eram obrigados a ensacar e descartar os resíduos produzidos por si próprios e por seus clientes nos contentores mais próximos disponibilizados pelo poder público.

Ele concluiu que essas leis ofereciam respaldo legal, mas não estavam sendo efetivamente aplicadas. Assim, trouxe a reflexão não apenas com base nos dados coletados pelo Instituto Mar Azul (IMA), mas também nas lacunas existentes entre a legislação e a prática, deixando claro que essa era uma responsabilidade que cabia, em grande parte, ao poder público.

Na terceira parte do trabalho, Hailton apresentou dados para demonstrar que o segundo tipo de resíduo mais encontrado na praia, a bituca de cigarro, vinha crescendo significativamente. O aumento do consumo e, conseqüentemente, o descarte inadequado de cigarros na faixa de areia era visível. Segundo ele, tempos atrás, ainda no período anterior à pandemia de Covid-19, os dados indicavam a presença de cerca de 32 mil resíduos plásticos e 25 mil bitucas recolhidas ao longo de um ano, um intervalo considerável entre os dois tipos de resíduos.

Com base nos resultados apresentados recentemente e desconsiderando o impacto do terceiro mega mutirão, os números haviam praticamente se igualado: 32 mil resíduos plásticos e 31 mil bitucas. Em algumas ações, inclusive, a quantidade de bitucas superava a de resíduos plásticos diversos.

Ele lembrou que, no ano anterior, o Instituto Mar Azul (IMA) havia promovido o terceiro mega mutirão de coleta de bitucas, realizado na faixa de areia e no calçadão da praia, desde o Aquário Municipal até a divisa entre Santos e São Vicente. Nessa ocasião, foram coletadas 34.205 bitucas de cigarro.

Aproveitou o momento para fazer um resumo das três grandes mobilizações já realizadas ao longo dos últimos três ou quatro anos. Em 2021, foi promovido o primeiro mega mutirão de coleta de bitucas. Toda a orla da praia foi percorrida em um único dia com o objetivo de recolher a maior quantidade possível de bitucas. Sete grupos atuaram simultaneamente: um grupo ficou responsável pela faixa de areia, enquanto outro se dedicou ao calçadão e ao jardim da praia. Esse segundo grupo, em 2021, foi coordenado pelos estagiários do Aquário Municipal de Santos, cuja colaboração Hailton fez questão de agradecer, lembrando que o apoio da equipe vinha desde 2013, quando o Instituto Mar Azul (IMA) foi fundado.

A estratégia adotada naquele primeiro mega mutirão foi dividir a área em três frentes: areia da praia, calçadão e jardim. A ação ocorreu no Dia Internacional do Combate ao Fumo, data simbólica para o tema. Ao final da mobilização de 2021, haviam sido recolhidas 36 mil bitucas de cigarro.

Em 2022, a ação foi repetida e o total recolhido chegou a 30.150 bitucas. Já em 2024, o terceiro mega mutirão, cujos dados já haviam sido apresentados anteriormente, somou 34.205 bitucas, ultrapassando, ao lado das ações regulares, a quantidade de resíduos plásticos coletados naquele ano.

Somando os três grandes mutirões, a quantidade de bitucas alcançou mais de 100 mil unidades. Ao todo, foram mobilizados 766 voluntários ao longo desses anos: cerca de 300 em 2021, 170 em 2022 e 200 em 2024. A área de coleta compreendeu desde o Aquário Municipal de Santos, incluindo toda a faixa do jardim da praia (que se estende além do Canal 6), até a divisa entre Santos e São Vicente. Estimou-se uma extensão aproximada de 7,5 km. Mesmo que essa medida não fosse exata, a quantidade de bitucas coletadas já indicava um cenário crítico.

Na sequência, Hailton ressaltou que um dado muito importante havia sido previamente apresentado ao então secretário Márcio Paulo, em reunião específica, com o objetivo de embasar uma nova etapa do projeto: a responsabilização dos fabricantes. O trabalho do Instituto Mar Azul IMA, como ele frisou, era minucioso: não se limitava à coleta dos resíduos, mas incluía a separação por tipologia, a quantificação precisa e a identificação de cada tipo de material, atribuindo inclusive nomes aos fabricantes e marcas responsáveis.

No último mega mutirão de bitucas, realizado em agosto, a metodologia foi ajustada por conta da limitação de voluntários. Ao longo da semana de 26 a 30 de agosto, cinco voluntários, entre eles o próprio Hailton, iniciaram a coleta de bitucas a partir do Aquário Municipal, percorrendo a faixa do calçadão e o Jardim da Praia. Ao final de cada dia, as bitucas recolhidas eram contadas e, dessa vez, separadas por marca. Esse nível de detalhamento permitiu ao IMA elaborar um novo projeto que buscava abrir o diálogo com os próprios fabricantes de cigarro, chamando-os à corresponsabilidade pelo descarte inadequado de seus produtos.

Hailton afirmou que no dia 31 de agosto, um sábado, o trabalho continuou. Como a coleta ao longo da semana já havia sido feita no calçadão e no jardim da praia, foi possível organizar equipes entre 30 a 50 participantes por praia, distribuídas ao longo dos canais, para dar continuidade à coleta de bitucas de cigarro na faixa de areia.

Na semana seguinte, os mesmos cinco voluntários que atuaram durante a semana anterior retornaram à praia para finalizar a contabilização das bitucas coletadas exclusivamente na areia. O resultado foi expressivo.

A análise revelou que 57% das bitucas coletadas pertenciam a apenas cinco marcas. A líder em quantidade foi a marca Hotman, com 10.032 unidades, dentro de um total de 34 mil bitucas. Em seguida vieram as marcas Gift, Dan Hill, Marlboro e Sheffield, esta última da fabricante Philip Morris.

A equipe então passou à identificação dos fabricantes responsáveis pelas marcas mais presentes nos resíduos. Ao consolidar os dados, ficou evidente a predominância da Souza Cruz, que apareceu em diferentes marcas, como Hotman e Dan Hill, totalizando 58% do total. Outros fabricantes identificados foram Philip Morris, Japan Tobacco International, Horácio Cortez e Vudan, sendo esta última uma marca proibida de ser comercializada, mas que continuava a circular.

Esse levantamento dos cinco principais fabricantes resultou em 21.558 bitucas, número que embasou um projeto que o Instituto Mar Azul (IMA) já havia estruturado. Em reunião anterior com o então secretário Márcio Paulo e o secretário adjunto Marcos Fernandes, discutiu-se a possibilidade de apresentar esses dados diretamente à empresa Souza Cruz. Havia também a intenção de acionar o Ministério Público, caso a empresa se recusasse a colaborar. Para isso, o apoio da Prefeitura seria fundamental.

Hailton destacou que essa apresentação às Comissões tinha como objetivo mostrar que o Instituto Mar Azul (IMA) desenvolve um trabalho técnico, estruturado e contínuo, oferecendo dados concretos, diagnósticos e sugestões.

Nesse contexto, Hailton mencionou a possibilidade de participar de um edital, cuja minuta havia sido apresentada, o que poderia abrir novas oportunidades de financiamento para os projetos do Instituto Mar Azul (IMA). Ele expressou confiança de que o edital representava um horizonte promissor e reafirmou a disponibilidade da equipe para colaborar, independentemente da obtenção de recursos.

Ao final da fala, ele informou que no dia seguinte haveria uma ação de limpeza na praia, em celebração ao Dia da Terra (22 de abril). Essa ação daria continuidade a um trabalho já iniciado com a UME João Papa Sobrinho e a Unifesp, que convidou o Instituto Mar Azul (IMA) para desenvolver atividades com as crianças. A culminância da ação ocorreria naquele mesmo dia, às 14h, quando a equipe do Instituto Mar Azul (IMA) retornaria à escola para, junto com os alunos que participaram da coleta, contabilizar os resíduos encontrados.

O objetivo era que as crianças vivenciassem o processo completo, refletindo sobre o impacto dos resíduos e se reconhecendo como agentes de transformação. Segundo Hailton, essa etapa de formação e engajamento das crianças era fundamental, pois elas seriam as futuras protagonistas da causa ambiental.

Ele finalizou sua fala destacando a importância da participação de Alessandro Zuffo, que havia trabalhado intensamente e pôde confirmar o que ele estava dizendo. Ressaltou também que Mateus Tavares seria um parceiro muito próximo nessa nova fase,

assim como Zuffo, que estava retomando às atividades. Hailton se colocou à disposição para eventuais questionamentos, convidando a todos a se sentirem à vontade para perguntar.

Em seguida, Mateus Tavares destacou que as ações do Instituto Mar Azul (IMA) tinham um impacto impressionante. Em nome da Prefeitura, parabenizou o IMA pelas iniciativas e reafirmou o compromisso de colaboração mútua: o município contaria com o IMA, assim como o IMA poderia contar com a Prefeitura para desenvolver políticas públicas em Santos com impactos positivos. Ele aproveitou o momento para abrir espaço para perguntas e debates, convidando os presentes a se manifestarem.

Alessandro Zuffo fez questão de ratificar o trabalho realizado pelo IMA, liderado por Hailton ao longo dos anos, sem desmerecer outras organizações. Ressaltou que tanto o governo federal quanto o estadual mantinham programas voltados ao combate ao lixo no mar e à promoção da educação ambiental, especialmente direcionada à população e aos comerciantes ambulantes. Nesse contexto, o Instituto Mar Azul (IMA) vinha atuando de forma organizada e com um rigor científico, utilizando uma metodologia padronizada em seus mutirões para permitir a mensuração dos resultados.

Ressaltou também que desde a pandemia, os levantamentos realizados pelo instituto vinham sendo documentados em relatórios confiáveis, que serviam de base para o desenvolvimento de programas de educação ambiental, principalmente na orla da praia. Zuffo enfatizou a necessidade de retomar ações voltadas aos ambulantes que atuavam na faixa de areia, não apenas nos quiosques e propôs que fossem pensadas novas campanhas educativas, incluindo a questão do descarte dos comprovantes das maquininhas de venda; um ponto novo trazido por Hailton.

Ele lembrou que, embora não se possa impedir o fornecimento do comprovante, um direito do consumidor, era preciso educar a população para evitar o descarte inadequado na areia. A solução, segundo ele, passava por uma ação conjunta. Finalizou destacando a riqueza dos dados reunidos pelo Instituto Mar Azul (IMA) e o valor do trabalho desenvolvido, parabenizando Hailton Santos e reforçando que esse material complementava as propostas municipais de educação ambiental. Expressou também a expectativa de que a parceria fosse ampliada e fortalecida.

Hailton Santos complementou a discussão trazendo um novo cenário além da praia: o das feiras livres. Ele mencionou que morava a dois minutos da Praça da Aparecida, onde ocorre a feira livre das quartas-feiras. Na semana anterior, ele esteve na feira e, após o encerramento das atividades, contabilizou 30 comprovantes de pagamento, os tickets, jogados no chão. Desses, 26 eram provenientes de feirantes.

Ao destacar esse dado, Hailton indicou que o problema dos tickets não se restringia à orla: o impacto ambiental se estendia a outros espaços públicos, como as praças. Informou ainda que já estava planejando uma ação de quantificação dos resíduos nas feiras, inclusive como forma de cumprir um compromisso assumido com o secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, Glaucus Renzo Farinello.

Sugeriu que a própria Prefeitura, por meio da secretaria responsável pela concessão de alvarás, reunisse os feirantes para discutir a responsabilidade em relação aos comprovantes de venda. Segundo ele, esses pequenos papéis acabavam se espalhando pela praça, impulsionados pelo vento e pelo trânsito de veículos e permaneciam ali mesmo após a feira. Ainda que os caminhões de limpeza passassem posteriormente com jatos d'água, os tickets molhados aderiam ao chão ou eram empurrados para os bueiros, tornando-se um problema ambiental.

Hailton reforçou que o problema já havia sido detectado e que a ideia era gerar dados concretos para munir a Prefeitura de informações necessárias à elaboração de soluções. Finalizou dizendo que essa articulação entre o levantamento técnico e a ação conjunta com o poder público era o grande foco do trabalho do Instituto Mar Azul (IMA).

Alessandro Zuffo respondeu ressaltando a riqueza da fala de Hailton Santos e como ela servia de ponto de reflexão para a Prefeitura. Apontou que, enquanto não se alcançasse um estágio satisfatório de educação ambiental em relação ao descarte dos tickets, seria necessário repensar também a forma de limpeza dos espaços públicos.

Comentou que o uso de jatos d'água era problemático, pois os tickets acabavam grudando no chão ou sendo levados para os bueiros. Sugeriu, como alternativa, que se avaliasse o uso da varrição a seco antes da lavagem, e que essa proposta fosse levada às equipes de limpeza urbana. Finalizou agradecendo a Hailton Santos e destacando o quanto esse tipo de troca permitia pensar coletivamente, não só em estratégias de educação ambiental, mas também na efetivação de políticas públicas de limpeza urbana.

Mateus Tavares agradeceu a Hailton Santos pela apresentação e perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar. Em seguida, informou que a reunião seguiria com a pauta seguinte, referente à votação sobre a inclusão, no calendário ambiental, dos aniversários das instituições integrantes das Comissões CISEA e CIMEA.

Explicou que esse item era um desdobramento da reunião anterior, na qual havia sido decidido que seria enviado um formulário pelo Google Forms para votação. No entanto, Mateus pediu à Edna Santos de Gois, secretária da CISEA e CIMEA, que segurasse o envio do formulário, pois gostaria de expressar sua opinião e, se possível, conduzir a votação diretamente.

Mateus relatou que a proposta de inclusão partira de um pedido do Instituto Gremar, que havia solicitado a inclusão da data de seu aniversário no calendário. A partir disso, discutiu-se a possibilidade de incluir o aniversário de todas as instituições. Mateus reforçou que o calendário ecológico tinha como propósito principal a educação e o incentivo à preservação ambiental no município.

Embora reconhecesse o trabalho relevante de instituições como o Instituto Mar Azul (IMA) que, inclusive, havia acabado de apresentar um trabalho primoroso, Mateus considerou que a inclusão dos aniversários fugiria ao escopo original do calendário. Segundo ele, ao ampliar excessivamente o objeto do calendário, corria-se o risco de diluir a força e o propósito das datas que realmente precisavam de destaque.

Por esse motivo, manifestou seu voto desfavorável à inclusão dos aniversários das instituições no calendário ambiental. Ressaltou, no entanto, que isso não impedia a realização de parcerias ou ações conjuntas entre a Prefeitura, a CIMEA, a CISEA e os institutos nas datas comemorativas. Convidou os presentes a se manifestarem ou, caso não houvesse outras falas, a passarem diretamente para a votação nominal. Em seguida, concedeu a palavra a Hailton.

Hailton Santos declarou estar plenamente de acordo com Mateus Tavares. Ressaltou a importância de manter o foco principal da pauta, que era o calendário ambiental, voltado a ações, propostas e movimentos diretamente relacionados à temática ambiental.

Reconheceu que toda instituição gostaria de ser lembrada, mas sugeriu que fosse criado outro mecanismo para registrar e divulgar essas datas comemorativas. Propôs, por exemplo, que a Prefeitura e as Comissões mantivessem um registro separado com os aniversários das instituições, possibilitando a publicação de homenagens ou ações globais nessas ocasiões.

Reafirmou que, em sua opinião, o calendário ambiental deveria ser reservado exclusivamente às datas que tivessem uma relação direta com a causa ambiental. Disse ainda que, mesmo sendo do Instituto Mar Azul (IMA), não proporia a inclusão do aniversário da instituição nesse calendário, justamente por entender que essa não era sua finalidade.

Concluiu apoiando integralmente a posição de Mateus Tavares, reforçando que a proposta do Instituto Gremar poderia ser acolhida em outro formato, mas que o calendário ambiental deveria manter sua natureza e seu foco original.

Mateus Tavares agradeceu novamente e reforçou a fala de Hailton Santos, dizendo que este havia se expressado talvez até melhor do que ele próprio. Ressaltou que a Prefeitura, enquanto ente público, estava sim à disposição para apoiar as comemorações dessas datas, fosse por meio de publicações ou de parcerias em eventos e que acreditava que todos os membros das Comissões compartilhavam essa postura.

No entanto, reforçou que o calendário ambiental precisava ser tratado com maior cuidado, de modo a preservar a importância das datas nele contidas, que deveriam estar diretamente relacionadas a ações, discussões e engajamento em políticas públicas e ambientais, especialmente de educação e mobilização.

Em seguida, Edna Santos de Gois pediu a palavra e declarou que também concordava com Mateus Tavares. Justificou que as datas do calendário deveriam servir à reflexão e à sensibilização sobre questões ambientais. Aproveitou para fazer uma observação: caso se decidisse pela não inclusão dos aniversários das instituições, o mesmo critério deveria valer para os parques municipais. Lembrou que o Aquário, o Orquidário e o Jardim Botânico também integravam as Comissões CISEA e CIMEA. Portanto, para manter a coerência, suas datas comemorativas também não deveriam ser inseridas no calendário ecológico.

Mateus Tavares respondeu positivamente, afirmando concordar com a colocação. Hailton Santos também expressou concordância, considerando a observação de Edna Santos de Gois muito relevante e destacando a importância da justiça nas decisões do grupo. Para ele, a justiça deveria ser aplicada a todos de forma equânime.

Mateus Tavares então dirigiu-se a André Olmos, perguntando se ele gostaria de se manifestar.

André Olmos respondeu que concordava plenamente com o que havia sido dito, inclusive com a observação de Edna Santos de Gois. Revelou que, inicialmente, havia sido favorável à inclusão da data dos parques, mas que, diante das argumentações apresentadas, decidiu mudar seu voto.

Na sequência, Mateus Tavares explicou que compreendia a intenção original da proposta de inclusão dos parques, que visava valorizar a proteção da fauna e flora representada por essas áreas, mas reafirmou seu voto contrário à inclusão dessas datas no

calendário ecológico. Destacou que o calendário atual já estava bem embasado e que, mesmo sem constarem oficialmente no calendário, as datas comemorativas dos parques seriam lembradas em eventos organizados pela Secretaria de Meio Ambiente.

Em seguida, perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar. Como não houve manifestações contrárias, Mateus informou que o silêncio seria considerado como aprovação.

Após breve pausa, declarou que constasse em ata que a votação havia sido unânime pela não inclusão das datas de aniversário das instituições integrantes das Comissões CISEA e CIMEA, assim como dos parques municipais, no calendário ecológico.

Passando aos informes gerais, perguntou se alguém tinha algo a trazer.

Edna Santos de Gois pediu a palavra e lembrou da necessidade de tratar do calendário ecológico de maio.

Mateus Tavares a convidou a prosseguir.

Edna Santos de Gois informou que, no mês de maio, ocorreriam diversas datas relevantes no calendário ecológico. Destacou que a Semana da Compostagem seria realizada de 4 a 10 de maio, o Dia Internacional da Reciclagem seria celebrado no dia 17, o Dia Internacional da Biodiversidade no dia 22, o Dia Nacional da Mata Atlântica no dia 27 e o Dia Mundial do Brincar no dia 28, sendo que a Semana do Brincar aconteceria entre os dias 24 de maio e 1º de junho. Diante disso, solicitou que todas as instituições que tivessem atividades programadas para essas datas enviassem as informações para o seu e-mail até o dia 1º ou 2 de maio, a fim de que fosse possível compilar o material com antecedência, já que a Semana da Compostagem se iniciaria no dia 4. Ressaltou que a ideia era reunir todas as ações e divulgá-las com os logotipos da CISEA e da CIMEA, promovendo assim uma apresentação conjunta das iniciativas das instituições envolvidas.

Mateus Tavares considerou o apontamento excelente e reforçou que todos que tivessem atividades relacionadas às datas do calendário ecológico poderiam encaminhá-las para a equipe, pois a Secretaria realizaria a divulgação por meio do Diário Oficial e outros canais, colocando-se à disposição para apoiar. Informou que a Semana da Compostagem teria início no dia 4, um domingo, com um evento de abertura na Praça do Aquário, onde haveria apresentações e exposições dos grupos que compõem a Comissão organizadora, além de instituições participantes. Convidou a todos a participarem tanto da abertura, quanto das demais atividades ao longo da semana.

Em seguida, perguntou se mais alguém gostaria de trazer algum assunto.

Edna Santos de Gois informou que a próxima reunião das Comissões aconteceria no dia 30 de maio, última sexta-feira do mês.

Mateus Tavares então questionou se algum conselheiro gostaria de preparar ou apresentar algo para essa próxima reunião e sugeriu, caso não houvesse propostas, iniciar uma revisão das políticas de educação ambiental no município. Lembrou que já existiam leis e planos normativos e destacou que seria papel das Comissões estudar e verificar se essas normativas precisavam de revisão ou aprimoramento, visando à melhor implementação das políticas públicas ambientais.

Na sequência, Edna Santos de Gois avisou que aproveitara para tirar alguns prints da reunião e pediu para todos abrirem as câmeras para fazer uma foto final.

Mateus Tavares agradeceu a participação de todos os representantes das instituições, colocou-se à disposição caso surgisse algum assunto urgente ou necessidade de reunião extraordinária e se despediu desejando a todos um bom mês até o próximo encontro.

Hailton Santos também se despediu agradecendo.

Mateus Tavares agradeceu especialmente à Edna Santos de Gois pelo suporte.

Edna Santos de Gois finalizou dizendo que estava à disposição para qualquer coisa.

Informes Gerais da reunião:

- A próxima reunião acontecerá no dia 30 de maio de 2025;

Participantes da reunião em imagem abaixo e lista anexa:



Santos, 27 de maio de 2025.

Glaucus Renzo Farinello
Presidente da CIMEA

LISTAGEM DE PRESENÇA – REUNIÃO CONJUNTA CIMEA/ CISEA

DATA: 25/04/2025 – 10H (VIA GOOGLE MEET)

**COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL – CIMEA**

Nº	REPRESENTANTES	
01	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – PREFEITURA DE SANTOS (SEMAM-PMS)	
	Presidente Glaucus Renzo Farinello – Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - PMS	Ausência Justificada
02	DEPARTAMENTO DE PARQUES E PROTEÇÃO À VIDA ANIMAL (DEPAVI-PMS)	
	Titular: Edna Santos de Gois	Presente
	Suplente: Cibele Coelho Augusto	Presente
03	DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E CONTROLE AMBIENTAL (DEPCAM-PMS)	
	Titular: Alessandro de Brito Zuffo	Presente
	Suplente: Deudac de Souza Pereira	Ausente
04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – PREFEITURA DE SANTOS (SEDUC-PMS)	
	Titular: Valéria Vegas	Ausente
	Suplente: Claudia Maria Rodrigues Alonso	Ausente
	Titular: Ana Paula dos Santos	Ausência Justificada
	Suplente: Fabrício Cruz Florêncio da Silva	Ausente
05	COMISSÃO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA PREFEITURA DE SANTOS (CISEA)	

	Titular: Eliana dos Santos Alves	<i>Ausente</i>
	Suplente: Valéria César da Costa	<i>Presente</i>
06	UNIDADE TÉCNICA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS EM SANTOS (IBAMA)	
	Titular: Lazio Macedo de Carvalho	<i>Ausente</i>
	Suplente: Siomara Gonzalez Gomes	<i>Ausência Justificada</i>
07	DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE SANTOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
	Titular: Camila Neves Ribeiro	<i>Ausente</i>
	Suplente: Carla Macedo de Lima Hansen	<i>Ausente</i>
08	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU CENTRO DE PESQUISA COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTOS	
	Titular: Dr. Cleber Ferrão	<i>Ausente</i>
	Suplente: Dr. Márcia APS	<i>Ausente</i>
09	CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE (COMDEMA)	
	Titular: Kátia Dollabela Ferreira Luz	<i>Ausente</i>
	Suplente: Marcello Godoy Retz	<i>Ausente</i>
10	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)	
	Titular: Fabiana Riveiro de Moraes	<i>Ausente</i>
	Suplente: Fábio Giordano	<i>Presente</i>
11	CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL PARQUE NATURAL MUNICIPAL ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS	
	Titular: Ana Beatriz Alarcon Comelli	<i>Presente</i>
	Suplente: Victor Arroyo da Silva Valle	<i>Presente</i>
12	CONSELHO GESTOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO INSERIDA NO MUNICÍPIO DE SANTOS	
	Titular: Adriana Neves da Silva	<i>Ausência Justificada</i>
	Suplente: José Edmilson de Araújo Mello Jr.	<i>Ausente</i>

13	CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIVULGAÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGÁFICA DA BAIXADA SANTISTA (CTEAD-CBH/BS)	
	Titular: Eliane Aparecida Milani de Queiroz	Ausente
	Suplente: Daniela Freire Ferreira	Ausente
14	MOVIMENTO SOCIAL OU ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	
	Titular: Jessica Moreno (GREMAR)	Ausente
	Suplente: Hailton Santos (IMA)	Presente
CONVIDADOS		
Convidado	Gabriel Miceli de Carvalho (Substituindo o Secretário do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – Glaucus Renzo Farinello)	Presente
Palestrante	Hailton Santos (INSTITUTO MAR AZUL)	Presente
Convidado	Thiago Luiz Silva (SEMAM)	Presente